

“*Ver, Juzgar y Actuar*”: um manifesto em prol da “Argentina Católica Conservadora” (1971)*

“*Ver, Juzgar y Actuar*”: *A Manifesto for the “Conservative Catholic Argentina”* (1971)

“*Ver, Juzgar y Actuar*”: *un manifesto em prol de la “Argentina Católica Conservadora”* (1971)

Gizele Zanotto**

Resumo: Este artigo analisa aspectos da transição democrática que findou o processo da denominada *Revolución Argentina* – governo militar vigente entre 1966 e 1973 – na avaliação da *Sociedad Argentina de Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad* (TFP). A associação, criada no país em 1967 e dedicada a luta anticomunista de matriz católica, dedicou-se a esclarecer a opinião pública acerca da realidade argentina de 1971 via divulgação do manifesto *Ver, Juzgar y Actuar*, no qual expõe seus juízos sobre o contexto amplo do país e meios de ação da necessária luta contrarrevolucionária. Considerando que as transformações do governo do General Lanusse (1971-1973) levariam o país ao comunismo, a TFP clama aos católicos argentinos que se oponham a esse processo via esclarecimento e ação doutrinária eficaz. Pautado em uma cultura política conservadora, a entidade apela para a defesa da ordem, moralidade, progresso “autêntico” e conforme as tradições cristãs como parte de uma luta mais ampla da entidade contra os laivos da modernidade identificados em especial com o progressismo, esquerdismos, liberalismos e imoralidades contemporâneas.

Palavras chave: Tradição Família e Propriedade (TFP); Manifesto *Ver, Juzgar e Actuar*; Conservadorismo político; Anticomunismo; Argentina

* A pesquisa teve financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e apoio institucional da Universidade de Passo Fundo (UPF). Agradeço a leitura e sugestões do prof. Gerson Wasen Fraga (UFFS-Erechim). Este trabalho resulta dos estudos de pós-doutorado junto à Universidad de Buenos Aires (UBA), radicado ao grupo de trabalho *Religión y Sociedad en Argentina Contemporánea* (RELIG-AR) vinculado a Universidad de Buenos Aires (UBA) e Universidad Nacional de Luján (UNLu), sob direção de Pablo Wright (UBA) e Claudia Touris (RELIG-AR).

** Possui Graduação, Mestrado e Doutorado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pós-doutorado pela Universidad de Buenos Aires (UBA). Atualmente é professora e pesquisadora do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). É coordenadora do Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (NEMEC) e integra a linha de pesquisa Sociabilidade intelectual católica na América do Sul. <gizezanotto@yahoo.com.br>. Historian, M.A. and PhD. in History from Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) and was post-doctoral fellow at Universidad de Buenos Aires (UBA). She is currently a professor and researcher in History Department at the University of Passo Fundo (UPF). She is the coordinator of the Memory and Culture Studies Center (NEMEC) and integrates the line of research “Catholic Intellectual Sociability in South America”. <gizezanotto@yahoo.com.br>

Abstract: Aspects of the democratic transition that ended the process of the so-called *Argentinean Revolution* – military dictatorship from 1966 to 1973 – as understood by the *Argentinean Society for the defense of Tradition, Family and Property* (TFP) are analyzed in this paper. The association, which was created in 1967 and was dedicated to the catholic anticommunist fight, acted towards the instruction of the public opinion on the Argentinean reality in 1971 by publishing *Ver, Juzgar y Actuar*, a manifesto in which their thoughts on the country’s broader context and the means for the necessary counterrevolutionary fight were presented. Considering that the changes brought by General Lanusse’s government (1971-1973) would lead the country to Communism, TFP urges Argentinean Catholics to oppose to the process through clarification and effective doctrinarian action. Based on a conservative political culture, the entity appeals to the defense of order, moral and “authentic” progress in conformity with Christian traditions as part of the entity’s broader struggle against the traits of modernity, particularly those identified with progressivism, leftism, liberalism and contemporary immorality.

Key words: Tradition, Family and Property (TFP); *Ver, Juzgar y Actuar* Manifesto; Political conservatism; Anticommunism; Argentina

Resumen: Este artículo examina los aspectos de la transición democrática que puso fin al proceso llamado *Revolución Argentina* –gobierno militar entre 1966 y 1973– en la evaluación de *Sociedad Argentina de Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad* (TFP). La asociación, creada en el país en 1967 y dedicada a la lucha anticomunista de matriz católica, dedico-se a esclarecer a la opinión pública sobre la realidad argentina de 1971 través la divulgación del manifiesto *Ver, Juzgar y Actuar*, donde expone sus juicios sobre el contexto más amplio del país y sobre los medios de acción de la necesaria lucha contrarrevolucionaria. Considerando que las transformaciones del gobierno general Lanusse (1971-1973) llevarían el país al comunismo, la TFP clama a los católicos argentinos que se opongan a este proceso través clarificación y acción doctrinal eficaz. Pautado por una cultura política conservadora, la entidad pide la defensa del orden, la moral, el progreso “auténtico” y de acuerdo a las tradiciones cristianas como parte de una lucha más amplia de la entidad contra las manchas de la modernidad identificadas especialmente con el progresismo, esquerdismos, liberalismos y las inmoralidades contemporáneas.

Palabras claves: Tradición, Familia e Propiedad (TFP); Manifiesto *Ver, Juzgar e Actuar*; Conservadorismo político; Anticomunismo; Argentina

Nos agitados anos 1960, uma série de eventos pôs em relevo tanto a disposição contestatória de estudantes, intelectuais, religiosos, operários, quanto a reação firme dos defensores de um *status quo* pautado no conservadorismo político, no liberalismo econômico e nos valores tradicionais vinculados às pretensas benesses da cultura ocidental cristã. Na Argentina não foi diferente. Em meio a uma grave e ampla crise social, econômica e política, foi iniciada uma ditadura militar autodenominada *Revolución Argentina* em 28 de junho de 1966, destituindo o então presidente Arturo Umberto Illia (1963-1966) e instaurando o governo de Juan Carlos Onganía (1966-1970), primeiro dos três militares que

assumiram a presidência no período da *Revolución*. A forte repressão do *onganiato* em universidades e sindicatos, a protestos e a greves, acabaram gerando ainda mais demandas políticas, econômicas e sociais entre a população. Uma das respostas à violência estatal foi o aumento de atividades clandestinas de guerrilha, sequestros, saques e outras ações armadas.

A ampla contestação social ao governo Onganía instigou as Forças Armadas a agirem visando diminuir o desgaste da *Revolución*. Como medidas mais visíveis de um esforço pela mudança, Onganía foi destituído do poder em favor de Roberto Marcelo Levingston (1970-1971) e, alguns meses depois, este perdeu o cargo em prol de Alejandro Augustín Lanusse, último presidente da *Revolución* (1971-1973) e responsável pela implementação do processo de abertura política que culminou com as eleições de 1973. As críticas internas e externas ao governo militar não foram casos isolados, como sublinhou Amézola (1997 e 2000-2001). A instituição dos governos nacionalistas no Peru (1968) e na Bolívia (1971), a eleição do socialista Salvador Allende no Chile (1970) e a ampliação dos movimentos armados contrários às ditaduras militares no Uruguai e Brasil ecoaram amplamente nas Forças Armadas Argentinas (FAA).

Visando, de certo modo, garantir uma transição menos “traumática” do governo ditatorial para o democrático, as FAA optaram pelo controle do processo. Neste trabalho, vamos analisar mais detidamente o período do governo Lanusse, em especial as repercussões das propostas de restituição do poder à sociedade argentina na interpretação do movimento católico *Sociedad Argentina de Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad* (TFP), sobretudo divulgado via manifesto *Ver, Juzgar y Actuar* (VJA), publicado na revista *Tradición, Familia, Propiedad* nas edições de setembro, outubro e novembro de 1971. Para tanto, o ano de 1971 será chave, pois foi quando se empreenderam as propostas que tornaram possível a retomada de eleições e a progressiva ampliação de direitos dos cidadãos após a forte e intensa restrição das mesmas efetivada no período inicial da *Revolución*.

A *Revolución* se instaura... é fundada a TFP

Com a deposição de Arturo Umberto Illia é instaurado o período militar da *Revolución Argentina*, que “recibe el apoyo de varios sectores de la sociedad: grandes y pequeños empresarios, la mayoría de los partidos políticos y hasta de grupos de izquierda, quienes consideran

necesario reorganizar el Estado” (GIRBAL-BLACHA; ZARRILLI; BALSÀ, 2001, p. 151). O governo pós-golpe, que contou com amplo respaldo social e político, articulou diferentes posturas em prol da reorganização do país. Como apontou Dalmazzo (2004), o *onganiato* foi nacionalista e corporativista no âmbito político, todavia adotou uma postura liberal no campo econômico, conduzindo um processo de desnacionalização da economia. Por sua vez, o governo também interveio nas instituições de ensino e sistematizou uma rede de censura política e cultural.

Esta censura e controle da atividade cultural, todavia, não inviabilizou a transformação do grupo católico redator da revista *Cruzada* na associação civil *Tradición, Familia y Propiedad* (TFP) – parte do projeto de expansão internacional da matriz brasileira da TFP, fundada na cidade de São Paulo em 1960 sob direção de Plínio Corrêa de Oliveira (ver: ZANOTTO, 2012). A criação da congênera argentina foi realizada oficialmente em 03 de abril de 1967, sob a liderança do advogado Cosme Beccar Varela Hijo que a presidiu desde seu princípio até a dissolução, em 1989, e que à época atuava com destaque em *Cruzada*. O grupo da revista foi constituído em 1956 para defender a “verdade católica” e as “tradições argentinas”, o que implicava em sua luta contra mudanças estruturais ditas esquerdistas e também contra o “temível” comunismo, tido como seita filosófica ateia, exógena, antinatural e anticristã, discrepante e dilapidadora das crenças e valores do argentino. No díptico de fundação da revista vemos uma clara correspondência com as demandas que futuramente serão abraçadas pelos membros sob a insígnia da TFP:

‘Cruzada’ es una revista católica fundada para defender los valores básicos de nuestra civilización. Entre esos valores se cuentan la familia, fundada sobre el matrimonio indisoluble; la propiedad privada y las legítimas desigualdades sociales, especialmente atacadas por la acción subrepticia del socialismo y por las embestidas brutales y subversivas del comunismo (CRUZADA apud SCIRICA, 2012, p. 04).

Scirica (2012) defende que a conversão do grupo *Cruzada* para TFP não implicou em mudanças de ideais ou práticas, nem mesmo de integrantes, o que evidencia uma coesão e continuidade sob nova bandeira. A autora também destaca a singularidade ainda do grupo *Cruzada*, e que será mantida com a criação da TFP, de atuação direta com o público, via venda de revistas nas ruas centrais de Buenos Aires,

visando esclarecer e orientar as massas, ou seja, atuando como grupo de opinião e de pressão. Com o tempo, já sob a bandeira da TFP, outras formas de publicização no espaço público foram sendo agregadas: venda de manifestos, colocação de cartazes, campanhas de coletas de assinaturas, adoção das insígnias tefepistas (estandartes com leão rompante dourado em fundo vermelho e capa vermelha) e também caravanas de divulgação pelo interior do país. Este catolicismo de ação pública sustenta a necessária e urgente luta pela “verdade”, em prol da fé e da intrínseca correspondência entre o agir terreno e a salvação – fim maior de toda proposta.

A defesa da “verdade”, tão cara aos membros da TFP, deriva da matriz integrista, perspectiva baseada na militância ativa em defesa do catolicismo tradicional, que advoga a hierarquia, a obediência, a expertise da Igreja em assuntos morais e culturais. O integrismo defende a impossibilidade de reconciliação da Igreja com a sociedade moderna, cada vez mais marcada pela divisão entre o público e o privado, entre o comunitário e o individual e que preza pela liberdade e diversidade de opiniões e crenças, sobretudo essas legadas ao âmbito privado de cada fiel. Segundo Mallimaci (1988, p. 05), o integrismo se embasa na convicção “concreta, visível, palpável e real” de que a fé cristã é o princípio da verdade absoluta, sendo, portanto, norma suprema e garantia de unidade transcendente. Esse mesmo catolicismo “no acepta estar relegado en la sacristía y que busca, por mil caminos diferentes, tener una presencia social”. Como bem destacou Ruderer (2012, p. 93), compreender as atividades tefepistas implica em entender que os tefepistas creem possuir a verdade, “Verdad religiosa, verdad divina, inquebrantable e inmutable, y que, por eso, no sólo tenían el derecho, sino el deber de luchar en contra de todo lo que se opusiera a esta verdad”.

Apesar do integrismo católico ter tido algum destaque no cenário político-cultural argentino desde a década de 1930, apontamos a singularidade do pensamento e ação tefepistas pela sua não inclusão no rol de grupos e movimentos vinculados à Igreja Católica argentina. Suas bandeiras e apelos coincidem em muito com a atividade de outros grupos, todavia, iniciativas afins não se tornaram vetores de aproximação e/ou de atuação conjunta. A TFP, desde a matriz brasileira, mantém-se como entidade que atua só ou com suas associações afins (criadas pela própria associação e voltadas a temas específicos como moralidade, devoção mariana, etc.). Com o decorrer dos anos foi-se instituindo internamente a crença de que toda a Igreja estaria corrompida pelo vírus

da Revolução e que somente entre os discípulos de Plínio Corrêa de Oliveira se encontraria a “verdadeira” Igreja.

Junto a isso, uma série de práticas de devoção e mesmo de adoração ao fundador da TFP, de sua genitora, de suas obras, sacralizou a concepção que os tefepistas tinham acerca do grupo a que pertenciam e de seu lugar na luta do bem contra o mal. Seriam eles os *eleitos* num mundo de depravação e degeneração, seriam os membros fiéis da TFP os “arautos dos últimos tempos”, os “bastiões da verdade” (ver: ZANOTTO, 2009). No caso específico da TFP argentina, críticas severas à criação do que foi denominada uma “família de almas” pliniana foram elaboradas por Cosme Beccar Varela Hijo (ver: VARELLA HIJO, 2000) e acabou gerando um fracionamento da entidade e a exclusão desse de suas hostes após a criação da *Fundación Argentina del Mañana*, associação que manteve algumas campanhas e crenças da TFP a partir de 1989, embora com atuação mais vinculada à moral e costumes do que propriamente à ação política.

Segundo sua autodefinição, os objetivos preconizados pela TFP argentina vinham ao encontro da proposta contrarrevolucionária católica e a parte expressiva do plano do governo Onganía, também dedicado a erradicar os denominados esquerdismos e evitar que o “espectro comunista” ganhasse força no país – discurso esse reforçado pela bipolaridade dos tempos de Guerra Fria e pela repercussão da Revolução Cubana (1959) em todo o continente. Assim, a TFP

tiene por finalidad la preservación de los principios básicos de la Civilización Cristiana; principios que, a su vez, sirven de fundamento a las instituciones de nuestra Patria, y son especialmente atacados en nuestro días por el ‘progresismo’, el socialismo y el ‘comunismo’. [...] Al combatir al ‘progresismo’ o al ‘aggiornamento’ en cuanto ‘comunizantes’ en materias socio-económicas, la TFP desea al mismo tiempo adecuadas y razonables mejoras sociales, siempre en la línea de las Encíclicas tradicionales (TFP, 1978, p. I e III).

Afora haver convergências nada desprezíveis entre a luta contrarrevolucionária da TFP e ações da ditadura militar implantada em 1966, não se pode afirmar que a entidade seja um “bastião” de defesa do regime de modo incondicional – o mesmo quando se analisa o período militar de 1976-1983, autodenominado *Proceso de Reorganización Nacional* (PRN). As iniciativas tefepistas, pela liberdade de ação que têm em relação à Igreja Católica e pelas possibilidades de atuar conforme os regulamentos civis vigentes – e que geralmente

demandavam autorizações prévias em contexto ditatorial -, evidenciaram concordâncias e discordâncias em relação ao Estado e a Igreja durante todo o período de atuação da associação.

Corroborando essa perspectiva, Bett apontou que em seus primeiros anos de existência, as divergências ao *onganiato* por parte de *Cruzada* e depois da TFP “não foram em decorrência da sua incapacidade de governar, mas sim, da sua até então ineficiência em combater ao comunismo ou aquilo que entendiam ser a ele vinculado” (BETT, 2010, p. 238). Nesse sentido, a mudança de liderança da *Revolución* para, inicialmente Levingston e depois Lanusse, veio acompanhada de uma esperança de que a repressão aos grupos “anticristãos” fosse enfim efetivada a contento, pois, em seu discurso ideológico os tefepistas acabavam por legitimar a existência do regime de exceção e mesmo as medidas de contenção como necessárias para “erradicar o erro e o mal”. Tal concepção tem como embasamento a obra fundamental da própria TFP, *Revolução e Contra-Revolução* (RCR), ensaio publicado em 1959 pelo fundador da entidade no Brasil, Plínio Corrêa de Oliveira, atualizada e ampliada posteriormente nos anos 1970 e 1990.

A obra RCR parte de uma leitura de mundo criacionista, salvacionista e dualista que conforma a história da humanidade a partir de seu estímulo e adesão à “verdade/bem” ou ao “erro/mal”, evidenciando o processo de desenvolvimento de forças contrárias ao idealizado modelo medieval de organização social e política e que teria como vetores o orgulho e a sensualidade, geradores de distintos sistemas ideológicos perniciosos à vida cristã. Em seu desenvolvimento a Revolução (com R maiúsculo, já que é considerada um só movimento de várias etapas) teria como principais marcos o protestantismo, a Revolução Francesa, o comunismo e a revolução cultural dos anos 1960.

Segundo Oliveira, esse mal que há séculos vem destruindo o poder da Igreja pode e deve ser barrado pela luta contrarrevolucionária, batalha essa em que a TFP se enquadra. Nesse sentido, a proposta interpretativa tefepista pautada no integrismo vai avaliar os eventos locais, nacionais e mundiais a partir das premissas de Revolução e reação a ela e, nessa análise, algumas situações específicas vão requerer medidas mais ou menos drásticas para “barrar o mal”. Segundo o autor: “Há circunstâncias que exigem, para a *salus populi*, uma suspensão provisória de todos os direitos individuais, e o exercício mais amplo do poder público. A ditadura pode, portanto, ser legítima em certos casos” (OLIVEIRA, 1993, p. 34). Uma ditadura legítima, nessa interpretação, deve pautar-se na proteção da Ordem (disposição reta das coisas segundo seu fim

salvífico), na provisoriedade e ser um bastião da Contrarrevolução, um meio necessário de derrotar a Revolução (OLIVEIRA, 1993, p. 34-35).

Nessa análise de Oliveira, vê-se, de certa forma, a legitimação da ditadura “contrarrevolucionária” da *Revolución Argentina*, em especial seus intentos de recompor o país “nos trilhos do progresso” e de afastar o perigo do imperialismo comunista. Mais do que valorar regimes de exceção – temporários, como dito – entendidos como necessários em dados contextos, há certa simpatia explícita com restrições de direitos civis nesses períodos de turbulência revolucionária, e que, nessa leitura, acaba sendo até salubre para o bem comum. Como destacou Ruderer (2012, p. 98), em estudo sobre a posição das TFP's argentina e chilena quanto às ditaduras iniciadas nos anos 1970 – mas que vale também para nosso contexto de análise – “las citas acerca del comunismo demuestran que la TFP argumentó desde una base que tenía igualmente inscrita la legitimación religiosa de la violencia – también física – contra los enemigos de la verdad”. Em prol da “restauração do mundo em Cristo” é que vemos situações de aproximação, crítica e mesmo de rechaço a medidas governamentais e eclesiásticas. Todavia, reforçamos, para seus membros, tratam-se de questões de “verdade”, ratificadas por textos da tradição católica, de pontífices, homens santos da Igreja e, em especial, do criador da “grande obra” que é a TFP, Plínio Corrêa de Oliveira.

A Revolución se transforma: o governo Lanusse e o Gran Acuerdo Nacional (GAN)

A destituição de Juan Carlos Onganía foi resultado de crises intensas que levaram novamente às ruas parte da população e que foi acompanhada de ações do sindicalismo e dos movimentos guerrilheiros, assim como das transformações políticas ocorridas nos demais países sul americanos, como já mencionamos. Na análise de O'Donnell, era o princípio do fim do estado autoritário, que teve duas decorrências significativas:

La primera, la reaparición de actores políticos portadores de características, medios y metas muy diferentes a los que monopolizaron la escena durante el Estado Burocrático Autoritario. (...) La segunda consecuencia se desprende de lo recién dicho. Esto es, un enorme ensanchamiento de la escena política que, sin dejar de abarcar el aparato estatal, se instala en numerosos ámbitos de la sociedad civil (O'DONNELL apud AMÉZOLA, 2000-2001, p. 35).

Essa complexa realidade impactou os círculos militares governantes. Aos poucos esses foram se convencendo de que estava terminada a primeira fase da *Revolución Argentina* e que se deveria promover o regresso às instituições constitucionais (AMÉZOLA, 2000-2001, p. 02-03). Inicialmente promoveu-se Levingston à presidência em julho de 1970 e, em março do ano seguinte, a Junta de Comandantes das Forças Armadas destituiu esse em favor da presidência de Lanusse, tido como mais apto para encabeçar a complexa passagem do governo de fato para um governo constitucional já iniciada pelo presidente anterior. Lanusse teria a tarefa nada simples de realizar esta transição, a “aceptar (...) la legalidad del peronismo, promover una puja electoral donde se le ganara y aislar a la guerrilla, promoviendo el protagonismo de los sectores moderados que tendían a verse superados por los más exaltados” (AMÉZOLA, 2000-2001, p. 35).

Quando assumiu o poder Lanusse propôs um plano de ação assentado em quatro vetores principais: modernização da estrutura política, aceleração do desenvolvimento integral e harmônico, tendência à nacionalização da economia e canalização dos recursos para a distribuição de riqueza. Sobretudo o governo defendia uma solução política como necessária para encarar os graves problemas econômicos. Como forma de efetivar essa proposta sem agravar as tensões internas e levar a um possível fracionamento das Forças Armadas, o presidente anuncia o *Gran Acuerdo Nacional* (GAN). O GAN foi uma tentativa de compromisso entre partidos e grupos para organizar o retorno à liberdade política de maneira “honrável” para os militares, estabelecendo as bases de uma democracia representativa via governo de transição, derivado do consenso entre os partidos e as FAA. Em discurso para Brigadeiros e Almirantes, o presidente enfatizou a amplitude que o GAN deveria ter: “El Gran Acuerdo Nacional no incluye solamente a los partidos. También es una convocatoria a los sectores empresarios, financieros, laborales. El GAN también significa crear el clima de paz necesario para desarrollar las posibilidades potenciales de nuestro país” (LANUSSE apud DÍAZ, s/d).

A proposta de abertura política controlada foi acompanhada de uma retomada de relações diplomáticas com países da América do Sul, em especial com o governo socialista chileno, denotando um processo de fim das barreiras ideológicas, consolidado com o encontro de Allende e Lanusse em Salta (julho/1971). Para Amézola (1997, p. 227ss) o GAN foi produto de agravamento de tensões e teve como mérito principal partir dos problemas atuais visando sua resolução, ou seja, partindo da realidade, buscar apoio para as mudanças via articulação de agremiações partidárias.

Todavía, para o autor, também nesse realismo residiu sua fragilidade, pois a análise da situação de então realizada no *Gran Acuerdo Nacional* não foi suficiente para solucionar os graves e amplos problemas que afetavam a sociedade argentina. Complementando essa análise, Dalmazzo assevera:

Pero lejos de atemperarse, la situación política se enrareció. La izquierda se opuso duramente y las acciones armadas aumentaron; el peronismo pasó del silencio a la crítica y los sectores de la derecha militar se sublevaron en los regimientos de Azul y Olavarría. Sofocado en menos de 48 horas, el gobierno salió airoso pero no logró incorporar, como pretendía, algunos destacados hombres de la política al gabinete (DALMAZZO, 2004, p. 04).

A transição política se fez. Não exatamente como previsto pelo plano de Lanusse, mas foi realizada. Em 25 de maio de 1973, o terceiro presidente da *Revolución Argentina* foi substituído por Héctor José Cámpora que, juntamente com seu vice Vicente Solano Lima, renunciou pouco depois (20/junho). O presidente da Câmara dos Deputados, Raúl Alberto Lastiri assumiu interinamente a presidência e convocou novas eleições, nas quais Juan Domingo Perón foi eleito presidente e sua esposa, María Estela Martínez de Perón, vice. O Movimento Peronista estava novamente no poder após sua proscricção iniciada em 1955 com o golpe que instituiu a *Revolución Libertadora*, período militar que se manteve até 1958.

Uma crítica a *Revolución*: o manifesto tefepista *Ver, Juzgar y Actuar* (VJA)

O ano de 1971 foi agitado para os membros da TFP. Para além das atividades rotineiras de instrução doutrinária e teológica, preparação e realização de caravanas pelo interior, práticas de devoção religiosa diárias, publicação e divulgação de estudos, alguns eventos levaram a análises específicas sobre o cenário nacional que, na compreensão dos tefepistas, era preocupante. Em 29 de abril um grupo de membros das *Fuerzas Armadas Revolucionarias* (FAR) interceptou um caminhão de transporte de armamentos e na ação assassinaram o Tenente Marcio César Asúa e feriram o soldado Hugo Alberto Vacca, que acabou ficando tetraplégico e falecendo alguns anos depois, em 1975. O grupo “terrorista” teria levado o arsenal transportado no veículo, composto de pistolas, fuzis e subfuzis do Exército Argentino.

O ocorrido, tido como primeiro ataque e morte a um oficial em exercício por grupos contrários à *Revolución Argentina*, causou como-

ção em diversos setores da sociedade argentina. A TFP manifestou publicamente sua solidariedade e análise sobre o evento em *Solicitada* publicada nos principais periódicos portenhos. Na nota a associação manifesta condolências junto à nação e o Exército Argentino pelo “covarde” assassinato. Como forma de homenagem, a entidade oferece conclusões sobre o fato, considerações essas que serão reforçadas e/ou que convergem com o VJA: setores progressistas da Igreja sustentam a tese da violência do capitalismo e do legítimo uso da força defensiva do povo; a compreensão de que as reformas socialistas (agrária, industrial, urbana e bancária) aliviariam tensões e findariam o terrorismo; a angustiante indiferença ou despreocupação de parte da população e dos “sapos”, ricos socialistas e progressistas ou pró-comunistas. O manifesto finda reforçando a luta tefepista: “Con nuestro dolor, socios y militantes de la TFP dejamos expresada aquí nuestra decisión de continuar nuestra lucha doctrinaria contra la socialización del país y demolición de la Iglesia” (TFP, 1971e, p. 11).

Alguns meses depois outro evento mobilizará os tefepistas em sua “luta contrarrevolucionária”. Com a presidência do General Lanusse as premissas do GAN eram vetorizadas. Entre as medidas constava a aproximação com países do Cone Sul e o fim das barreiras ideológicas que tanto marcaram o princípio da *Revolución Argentina* e o cenário internacional da Guerra Fria. Uma medida simbólica desta mudança foi o encontro entre os presidentes Lanusse e Allende, realizado em julho na cidade de Salta, norte da Argentina. Em razão da reunião a TFP novamente vai a público de maneira didática e alarmista para expressar sua discordância e, em sua percepção, as decorrências deletérias da ação dos presidentes. Em carta dirigida ao Gen. Lanusse e publicada na imprensa portenha, a entidade se pronuncia para evitar o triunfo comunista na Argentina, levando a conhecimento do líder do país algumas considerações, em especial, a derrubada de barreiras psicológicas e a legitimação do socialismo e o conseqüente enfraquecimento da luta anticomunista. A carta finda sendo caracterizada como protesto e rechaço ante Deus e ante a História pela visita de Allende ao país. Em função da gravidade da situação, reforça o texto, há que se divulgar publicamente as advertências expressadas pela TFP que, ante a omissão de muitos, “no puede asociarse a ese silencio general que envuelve la Nación, y está segura de interpretar el pensamiento de millones de argentinos perplejos y desorientados” e proclama seu desacordo com “el comunismo ateo, enemigo irreductible de los tres vetores en los cuales no reconocemos “tabúes” sino principios sagrados y perennes de la Civilización Cristiana” (TFP, 1971d, p. 09).

De certo modo, como já apontamos, alguns dos temas de *Ver, Juzgar y Actuar* foram antecipados ante o assassinato do Ten. Asúa e da visita de Salvador Allende. A novidade, ou melhor, a singularidade do manifesto VJA refere-se à metodologia empregada em cada uma de suas partes, a ilustração dos fascículos com caricaturas “autoexplicativas” e o *modus operandi* indicado para a ação visando sanar os problemas da realidade nacional. Em sentido amplo, a consideração da proposta de descrição, análise e proposição de vias de ação deriva da tese tomista de que o pensamento guia as ações do homem e de que uma metodologia interessante para realizar a transposição do pensamento à agência pode ser reduzida na fórmula ver, julgar e agir. Conforme o manifesto tefepista:

‘Ver, juzgar y actuar’ son, en su orden natural, tres operaciones del hombre como ser inteligente y libre. Cualquiera de las tres que se suprima o se distorsione, deja a éste espiritualmente mutilado. Distorsionar la presentación de la realidad; inducir juicios artificiales por medio de ‘slogans’ o frases hechas, de los cuales no se da explicación racional alguna, o simplemente desprestigiar la acción de juzgar, tachándola como factor de discordia; y finalmente condenar – o condenarse – a la inacción, cuando los juicios rectos indican la necesidad de actuar, son otras tantas maneras de llevar a un hombre o a un pueblo a la ruina moral y material (TFP, 1971b, p. 02 – a partir de agora referenciado como VJA).

Seguindo tais premissas a primeira parte do documento dedica-se a desvelar o cenário argentino para que os leitores tenham uma visão ampla da situação do país. Todavia, antes do contato direto com o texto, iniciava-se a divulgação do manifesto pelas ruas de Buenos Aires e outras cidades (quando das caravanas de divulgação, sobretudo). Vestidos sobriamente e adornados com suas capas vermelhas (cor da luta), portando estandartes da entidade (fundo vermelho com destaque para o leão rompante dourado, em posição de ataque à esquerda e marcado com o *tau*, símbolo dos eleitos, segundo a tradição católica) os jovens tefepistas chamavam a atenção dos transeuntes não só pelo aspecto estético, mas também pelas frases apelativas apregoadas com megafones, algumas vezes acompanhados por batidas de tambor e desfiles. Especificamente na divulgação de VJA, os cooperadores bradavam:

- El Gran Acuerdo Nacional, ¿en torno de qué? Del vacío y la contradicción!
- Señor, señora, ¿sabía Vd. Que su cerebro está siendo lavado?
- ¿Vd. Lo sabía? El lavaje cerebral se llama “caída de las barreras ideológicas”! (TFP, 1987, p. 02)

Em um contexto de instabilidade político-social e de muitos questionamentos às mudanças promovidas pelo governo militar aventamos que tais slogans tornavam-se não só instigantes aos ouvintes com alguma afinidade ideológica, mas também aos muitos argentinos inseguros com as transformações em curso. Partimos da hipótese de que tal forma de propaganda nas ruas foi um dos motivadores da leitura do manifesto que, conforme noticiou a própria entidade, alcançou 40.000 exemplares vendidos em todo o país.

O primeiro fascículo do manifesto inicia deixando claro aos leitores a motivação tefepista em produzir e difundir tal análise. Apelando a uma autocaracterização altruísta e pugnadora, evidencia-se que o país está mergulhado na confusão “mais peligrosa de nuestra história” (VJA, 1971a, p. 02), pois seu movimento de fundo é o avanço do comunismo, ateu e igualitário, nas plagas argentinas. A TFP, como paladina da defesa da civilização cristã, segue o texto, cumpriria mais uma vez seu dever e diria a verdade. A apresentação da TFP como entidade que não pode se omitir de auxiliar a luta contrarrevolucionária é constante em suas produções e discursos. Iniciando e, muitas vezes, findando manifestos e livros, essa mensagem apela a uma empatia dos interlocutores pela constante e abnegada ação de sócios e cooperadores da entidade em prol do bem comum via análise e exposição de questões da atualidade e, como fim maior, da orientação da conduta desses. Para além da mensagem textual, VJA traz também imagens que reforçam essa representação guerreira, singular (em geral se prostram como únicas vozes dissonantes aos contextos de sua atuação), impertinente (para os pretensos opositores), pré-conceituosa (aqui especialmente com os hippies) e, por que não, generosa dos prosélitos da TFP, como vemos nas duas ilustrações a seguir.



Figura 1. “Ver, Juzgar y Actuar” por una Argentina auténtica y cristiana (título original) (Manifesto “Ver, Juzgar y Actuar”, 2ª parte: Coincidencias por el derrumbe. Acervo da autora.)



Figura 2. Alertas da TFP ante a visita de Allende e a queda de barreiras ideológicas (Manifesto “*Ver, Juzgar y Actuar*”, 1ª parte: Panorama de la situación actual. Acervo da autora)

Partindo do pressuposto de que a grande ameaça constitui-se do comunismo, seja filosófica que mentiria, dissimularia e ocultaria em seu plano de expansão imperialista para dominar o mundo, a TFP defende que acreditar que o país esteja livre desse perigo é uma prova de anacronismo e também de cegueira política, daí seu incessante alerta à opinião pública.

Ante a compreensão da infiltração comunista na própria Igreja Católica argentina, a TFP se auto elege para o papel de vigilância e denúncia, tomando “as rédeas” do movimento anticomunista católico que vê como fraco, omissivo e mesmo inexistente naquela instituição. Com a renovação do catolicismo empreendida sobretudo após o Concílio Vaticano II (1962-1965) e a ampliação da ação dos denominados *aggiornati*, o diagnóstico tefepista é de que a Igreja “se encuentra internamente minada por un enemigo sutil y perverso: el progressismo, cuya más aguda expresión son los Sacerdotes para el Tercer Mundo y los grupos proféticos” (VJA, 1971a, p. 03-04). O texto também avalia que o “inimigo” tem apoio de certas lideranças eclesiais e em sua expansão *intra instituciones* vai pauperizando a vida religiosa, fomentando a imoralidade, difundindo ideias socialistas e anarquistas e chega mesmo a

colaborar com a subversão (Figs. 3 e 4). Segundo a linguagem tefepista, para além do clero declaradamente esquerdista, também se observa a ação/omissão/tolerância de um clero “terceira força”:

Estos se colocan en una supuesta equidistancia entre los Sacerdotes para el Tercer Mundo y los que ellos califican como ‘reaccionarios’. Sientan plaza de ‘moderados’, ‘bien centrados’, etc. Suportan, inclusive, algunos ataques verbales de los sacerdotes izquierdistas. Con eso, ganan la confianza de la mayoría de los católicos, que piensan que el mal mayor está en los métodos del clero subversivo, y no en sus fines, que no siempre conocen con suficiente claridad (VJA, 1971b, p. 06).



Figura 3. A Igreja “minada” pelo progressismo católico (Manifesto “Ver, Juzgar y Actuar”, 1ª parte: Panorama de la situación actual. Acervo da autora.)



Figura 4. O clero terceira força (Manifesto “Ver, Juzgar y Actuar”, 2ª parte: Coincidencias par el derrumbe. Acervo da autora.)

A avaliação da TFP é de que o clero terceira força se constitui em aparato de uma máquina de baldeação ideológica inadvertida, ou seja, parte de uma mudança nos estados de ânimo do argentino que, via processos psicológicos e ideológicos, leva aos poucos a aceitar o comunismo. Não obstante, as advertências não param aí, visto que as denúncias tefepistas chegam a apontar a cumplicidade de religiosos ante as ações de guerrilheiros que seriam inclusive preparadas em espaços eclesiais – tema especificamente dirigido a grupos cristãos críticos que passaram da análise da realidade à ação para a transformação da sociedade de forma armada. Essa mensagem é fortalecida pelas imagens acima que reforçam o discurso de transladação ideológica ou mesmo de “lavagem cerebral” via ação ou tolerância – ingênua ou não – de membros da Igreja.

Esse trabalho de distorção da opinião pública apelaria para as “tendências desordenadas” (orgulho e sensualidade, para a TFP) e, via questões morais e doutrinárias, iria transformando opiniões e produzindo ações. Todavia, não é só de âmbitos católicos que viria o apoio ou tolerância aos comunistas. VJA denuncia também a ação dos “Sapos”,

classe de empresários, estancieiros, comerciantes, profissionais, líderes sindicalistas, ricos socialistas, etc., que defendem ou tem simpatia pela ideologia “atéia e malsã”. Seriam eles também responsáveis pelo combate à TFP (ver Fig. 2) fazendo uso de sua aparência de anticomunistas para favorecer o triunfo do marxismo. Sua ação “entreguista” nos campos econômico e social, ampliada pela inação dos “Na-Nos” (os que “nada aprendieron, ni nada olvidaran”) beneficiaria o avanço do esquerdismo na Argentina, numa ação de “espírito suicida”, destaca o manifesto (VJA, 1971a, p. 10).

Em tal cenário, por si desalentador, como decorre da leitura atenta do VJA, outros elementos tornariam ainda mais complexa a realidade argentina de 1971. O governo atual, segue o manifesto, é indefinido e suas características doutrinárias não seriam em nada tranquilizadoras, situação corroborada pela política de queda de barreiras ideológicas e pelo benefício que o GAN lega ao peronismo e à esquerdização do país (Fig. 5), pela correspondência entre alguns dos pontos do “programa socialista” da Confederação Geral do Trabalho (CGT), pelo terrorismo urbano que manteve atuação constante nos últimos anos, pela falta de doutrinas claras e de lideranças dos anêmicos e frágeis partidos



Figura 5. A “incógnita” do Grande Acordo Nacional Legendada dos ingredientes: 3º Mundo, Frondizi, CGT, Comunismo, Desenvolvimentismo, Nacionalismo, Peronismo. (Manifesto “Ver, Juzgar y Actuar”, 1ª parte: Panorama de la situación actual. Acervo da autora.)

políticos, pela difusão de modas imorais que ampliariam a já aguda agressão moral às “pessoas sensatas”, pelo desconhecimento e omissão da opinião pública, pela atuação danosa de nacionalistas e peronistas, enfim, pelas oposições aparentes e coincidências de fundo que vão beneficiando o avanço comunista na Argentina (VJA, 1971a, p. 05ss). Em especial, reforçamos, a avaliação tefepista do GAN destacava que o acordo propiciaria o retorno do peronismo ao poder, como fica evidente na caricatura anterior que evidencia que o “caldo” do *Gran Acuerdo Nacional*, cuja produção está a cargo do “sapo” Lorenzo Miguel, então à frente da *Unión de Obreros Metalúrgicos* (UOM) e favorecedor do peronismo, leva ingredientes de vários matizes, mas é “servido” por Perón a seus convidados Fidel Castro e Salvador Allende (sobre a visão tefepista da abertura política da *Revolución Argentina* ver DALMAZZO, 2004).

Ante esse “estado de coisas” seria possível reverter essa situação? Para isso, o que fazer? O manifesto VJA não só aponta procedimentos do agir como também reforça a certeza da vitória e a constituição do Reino do Imaculado Coração de Maria como objetivo último a almejar e conquistar. Tal ordem que se quer na TFP respeitaria as liberdades legítimas, a liberdade do bem e da verdade que, nessa avaliação, só existiu e só pode existir na cristandade, visto que a Igreja (depurada de seus erros), pelo poder da graça, é quem administra as boas tendências que farão deter o processo revolucionário. Dado que o comunismo representaria o reino do antiodivino e do imoral, esse só pode ser combatido pelo seu oposto absoluto, o Reino de Maria:

El supone un orden que reconozca a Dios como Creador, ya a la Iglesia como Cuerpo Místico de Nuestro Señor Jesucristo en la tierra, de la cual procede toda la nobleza y la grandeza de la civilización cristiana; un orden social conforme con la ley natural y divina, y la plena vigencia de la moral católica. (VJA, 1971c, p. 03)

A TFP também alerta que “una nación sólo progresa y se engrandece cuando tiene claros los fines últimos hacia los cuales debe tender. Cuando hay confusión, contradicción o error en sus fines, esa nación no puede progresar” (VJA, 1971b, p. 03) e, segundo seus termos, lançou o manifesto justamente como um convite à ação constante, patriótica e cristã. Em seu exame aponta que ainda poucos são os argentinos que aderem ao comunismo. A impressão poderia ser outra pela publicidade que os revolucionários desfrutariam. Assim, a ação anticomunista

profunda não é só possível como será eficaz. Para operacionalizar os empreendimentos contrarrevolucionários, VJA apresenta um esboço bastante didático aos seus leitores, cujo esforço se baseia acima de tudo na defesa de uma posição doutrinária cristã que gere ações condizentes com essa e que conte com auxílio sobrenatural da Providência pela intervenção mediadora de Nossa Senhora (VJA, 1971c, p. 07).

O manifesto finaliza apresentando efeitos que essa ação proposta pode auferir de sua ação: o surgimento de pessoas e grupos que se tornarão centros irradiadores da contrarrevolução e que resistirão à lavagem de cérebro coletiva pelo uso da lógica e do sentido comum, dificultando ou mesmo deteriorando o processo de queda das barreiras ideológicas e promovendo, em contrapartida, o avanço e o ressurgimento de ideias, instituições e costumes “sãos” e cristãos (VJA, 1971c, p. 13).

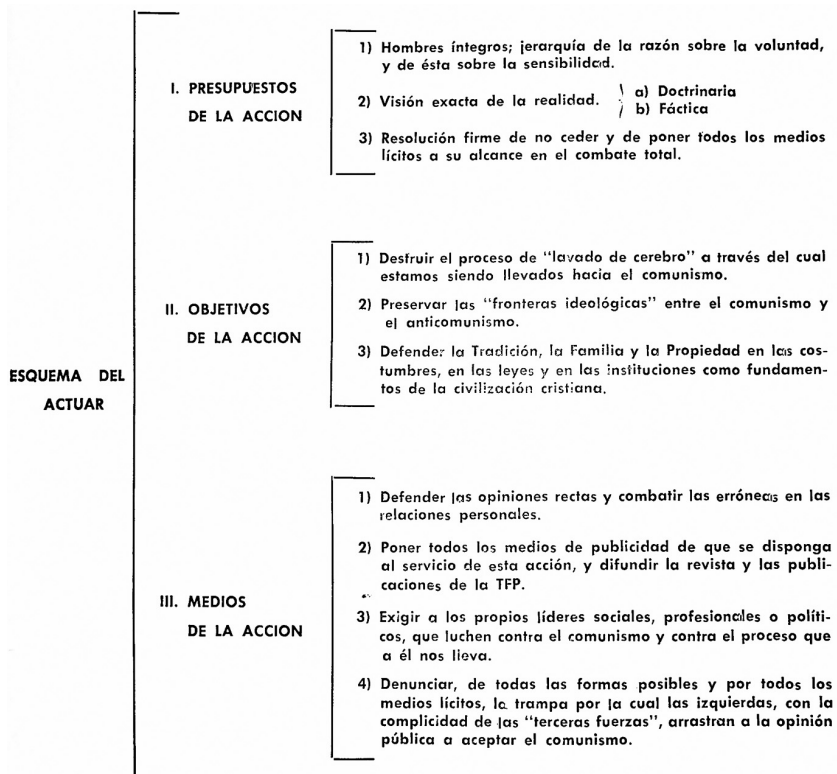


Figura 6. Esquema de atuação proposta em VJA (Manifesto “Ver, Juzgar y Actuar”, 3ª parte: Llamado a la conciencia de los argentinos. Acervo da autora.)

É o fim da *Revolución*...

As análises de VJA foram corroboradas e/ou reforçadas em outras iniciativas da TFP ao longo dos anos 1971 e 1973. Todavia, como já apontado, as eleições foram efetivadas e o peronismo retornou ao poder, embora em análise posterior a associação tenha supervalorizado a força do manifesto, como exposto: “La campaña ‘Ver, Juzgar y Actuar’ tuvo como efecto romper la unanimidad que hasta ese momento había en torno de la política de Lanusse, como consecuencia del adormecimiento de la opinión pública” (TFP, 1987, p. 03). Durante os anos finais da *Revolución* a TFP defendeu a realização de um plebiscito ante a proposta de reforma constitucional (manifesto *Plebiscito, único camino leal* – 1972). Apontou as ações do governo Lanusse como abertura de caminho para a esquerdização do país, tal como teria ocorrido na Rússia em 1917 e no Chile com o governo de Eduardo Frei, possibilitador da ascensão de Allende (publicação *Los Kerenskis argentinos* – 1972). Posicionou-se contra a política agrária (*¿Política agraria auténtica o política agraria de gabinete?* – 1972). Ante a campanha eleitoral, solicitou o direito de abstenção como modo de rechaço aos partidos constantes no pleito (*El derecho de abstención, arma de la autenticidad*, 1973) e, após a eleição, a crítica a essa (*Fraude y traición*, 1973).

As iniciativas tefepistas, embora pontuais e marcadamente políticas via instrumentalização religiosa deste setor, pautou-se no cabedal doutrinário conservador e contrarrevolucionário católico, apelando a um sentido de cultura política amplo, que enfatizasse elementos caros à maior parte da população argentina – mesmo que não afeita à TFP em si: ordem, moralidade, progresso comedido e, porque não, tradicional. Partindo de uma retórica alarmista e da análise e compreensão da realidade via dicotomias “inconciliáveis” e mobilizadoras (bem X mal, verdade X erro, conservadorismo X revolução, salvação X danação, religião X ateísmo, etc.) a entidade promoveu uma política do necessário e justo enfrentamento aos inimigos, sempre atuantes, astutos, falsos, fortes, onipresentes. Mantendo-se em estado de alerta e denúncia, os abnegados “arautos da civilização cristã” manter-se-iam em luta visando à restauração de um modelo de cristandade, tido como paradigmático para uma Argentina considerada católica de fato.

Como diagnosticou Mallimaci (1988, p. 06), se a sociedade está dividida, conflitada, enfrentada, então esses conflitos se encontrarão também, sob formas próprias, dentro do espaço religioso. A ação dos sócios e cooperadores da TFP, para além da singularidade de seu

discurso, práticas e *modus operandi*, evidencia a recorrente retomada da argumentação religiosa para interferir e/ou influir no político defendida por inúmeros grupos religiosos na Argentina. Defendendo posições tradicionais e/ou ditas progressistas, movimentos católicos múltiplos abrigados na confessionalidade oficial do país buscaram não só adeptos, como também ser mobilizadores de opinião e, quiçá de ação, ante um cenário nacional marcado pela violência da ditadura militar da *Revolución*. Os embates entre os grupos e desses para com outros organismos *extra eclesiais* foi intenso e não se esgotou com o fim do período militar evidenciando que as tensões, incertezas, polarizações e pugnas que agitavam e angustiavam parte expressiva da população se faziam refletir com força nos demais âmbitos políticos e culturais e que, ante o governo peronista, não foram resolvidas e culminaram em outro golpe militar em 1976.

Referências

AMÉZOLA, Gonzalo de. Lanusse o el arte de lo imposible. El lanzamiento del GAN (marzo-mayo de 1971). *Cuadernos del CISH*, n. 2-3, p. 183-238, 1997.

_____. Las vísperas del Gran Acuerdo Nacional. Militares y políticos apuestan al futuro a fines de 1970. *Trabajos y Comunicaciones*, n. 26-27, p. 249-287, 2000-2001.

BETT, Ianko. *A (re)invenção do Comunismo*: discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileira e argentina no contexto dos golpes militares (1964 e 1966). Dissertação (Mestrado em História) – UNISINOS, São Leopoldo, 2010.

DALMAZZO, Gustavo. El tradicionalismo ante la apertura política en la Revolución Argentina. *IV Encuentro de Profesores de Historia del Nordeste y IV Jornadas Nacionales de Historia Moderna y Contemporánea*, 2004. p. 7.

DÍAZ, María Fernanda. El Gran Acuerdo Nacional en La Nación, 1971-1972. *Universidad Nacional de La Plata*. s.d. Disponível em: <<http://www.perio.unlp.edu.ar/>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

GIRBAL-BLACHA, Noemí; ZARRILLI, Adrián Gustavo; BALSÁ, Juan Javier. *Estado, sociedad y economía en la Argentina (1930-1997)*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2001.

MALLIMACI, Fortunato. *El catolicismo integral en la Argentina (1930-1946)*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1988.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *Revolução e Contra-Revolução*. São Paulo: Artpress, 1993.

RUDERER, Stephan. Cruzada contra El comunismo. Tradición, Familia y Propiedad (TFP) en Chile y Argentina. *Sociedad y Religion*, n. 38, p. 79-108, 2012.

SCIRICA, Elena. Grupos laicales tradicionalistas contra los sectores tercermundistas. Una aproximación a sus prácticas y estrategias de difusión. In: FOGELMAN, Patricia; DE LUCA, Candela (Comp.). *Actas electrónicas del Cuarto Simposio Internacional sobre Religiosidad, Cultura y Poder: (IV SIRCP) de GERE*. Buenos Aires: GERE, Ed. de la FFyL UBA, 2012.

VARELA HIJO, Cosme Beccar. “*Se un cieco guida un altro cieco...*” *Analisi della Famiglia de Almas e dell’associazione brasiliana TFP condotta sotto il profilo del diritto canonico*. Milano: Società Editrice Barbarossa, 2000.

ZANOTTO, Gizele. Ortodoxias, Heterodoxias: Os tênues limites da religiosidade católica na TFP. In: ISAIA, Artur César (Org.). *Crenças, sacralidades e religiosidades: Entre o consentido e o marginal*. Florianópolis/SC: Insular, 2009, p. 103-122.

_____. *Tradição. Família e Propriedade (TFP): as idiossincrasias de um movimento católico no Brasil (1960-1995)*. Passo Fundo: Méritos, 2012.

Fontes:

TFP – TRADICION, FAMILIA Y PROPIEDAD. Manifiesto “*Ver, Juzgar y Actuar*” – 1ª Parte: Panorama de la situación actual. *Tradición, Familia, Propiedad*, 10 (octubre de 1971a).

_____. Manifiesto “*Ver, Juzgar y Actuar*” – 2ª Parte: Coincidencias para el derrumbe. *Tradición, Familia, Propiedad*, 11 (octubre 1971b).

_____. Manifiesto “*Ver, Juzgar y Actuar*” – 3ª Parte: Llamado a la conciencia de los argentinos. *Tradición, Familia, Propiedad* (noviembre 1971c).

TFP – TRADICION, FAMILIA Y PROPIEDAD. Solicitada – La TFP se pronuncia sobre el viaje de Allende a la Argentina. *La Razón*, 22.437, 30 de julio de 1971d. p. 09.

_____. Solicitada – Teniente Mario César Asúa. *La Nación*, 35.755, 11 de mayo de 1971e.

_____. Reseña de actividades de la TFP desde su fundación. *Sociedad Argentina de Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad*. 07 de octubre de 1978.

_____. Más de 30 años de lucha en pro de la Civilización Cristiana en la Argentina – Tercera parte. *Pregón de la TFP* 200 (1ª y 2ª Quincena de noviembre de 1987).

Recebido: 09 de setembro de 2015
Aprovado: 10 de novembro de 2015